

Da Não-Violência Ativa ou Firmeza-Permanente à Educação para a Paz

From Active Nonviolence or Relentless Persistence to Peace Education

Por Roberto Zwetsch

Professor de Teologia Prática e Missiologia (EST)

Doutor em Teologia

Resumo:

A causa da paz com justiça é, hoje, uma demanda universal. No entanto, aqui no Brasil, está a exigir atenção redobrada diante da espiral de violência que grassa na sociedade, colhendo vítimas e construindo algozes, em sua maior parte na população jovem e pobre do país. O que temos diante de nós, como educadores, educadoras, teólogas e teólogos, é um grande desafio diante do qual não cabem meias análises nem explicações simplistas. A violência, dirão alguns, sempre existiu. E é verdade. Mas neste momento, o que temos é algo que diz respeito aos próprios fundamentos da sociedade brasileira em franco processo de mudanças radicais e de deterioração social, cujas dimensões possivelmente não tenhamos ainda a capacidade analítica de avaliar em toda a sua complexidade. Por isto mesmo, qualquer avaliação que venhamos a fazer será sempre tentativa de entendimento, prospecção de rumos e sugestões de interferência a partir de certa visão de mundo e de um conjunto de valores que nos pareçam caros. Não há como ser neutro aqui.

Palavras-chave:

Não-Violência. Educação para a paz.

Abstract:

The cause of peace with justice is, today, a universal demand. Nevertheless, here in Brazil it takes redoubled attention before the violence spiral propagated in society, picking victims and making executioners mostly in young and poor population of the country. What we have before us, as educators, theologians, is a huge challenge in which none half-analysis neither simple explanations can be placed. Violence, some would say, has always existed. And it is true. However, at this moment what we have is something that concerns the foundations of Brazilian society in clear process of radical changes and social deterioration, whose dimensions we possibly may not be able to evaluate in its all complexity yet. Therefore, any evaluation we do will always be an understanding attempt, seek of directions and interference suggestions since a specific worldview and since a group of values we care about. There is no way of being neutral here.

Keywords:

Nonviolence. Peace Education.

Introdução¹

A causa da paz com justiça é, hoje, uma demanda universal. No entanto, aqui no Brasil, está a exigir atenção redobrada diante da espiral de violência que grassa na sociedade, colhendo vítimas e construindo algozes em sua maior parte na população jovem e pobre do país. O que temos diante de nós, como educadores, educadoras, teólogas e teólogos, é um grande desafio diante do

qual não cabem meias análises nem explicações simplistas. A violência, dirão alguns, sempre existiu. E é verdade. Mas neste momento, o que temos é algo que diz respeito aos próprios fundamentos da sociedade brasileira em franco processo de mudanças radicais e de deterioração social, cujas dimensões possivelmente não tenhamos ainda a capacidade analítica de avaliar em toda a sua complexidade. Por isto mesmo, qualquer avaliação que venhamos a fazer será sempre tentativa de entendimento, prospecção de rumos e sugestões de interferência a partir de certa visão de mundo e de um conjunto de valores que nos pareçam caros. Não há como ser neutro aqui.

¹ Texto apresentado no Simpósio Internacional de Educação para a Paz, na PUCRS, em 23 de abril de 2008, na Mesa Redonda "Educação para a Paz e não-violência no Brasil: políticas públicas e sociais".

Neste artigo, pretendo retomar brevemente a história da luta pela paz nos últimos 50 anos e como surgiu, no Brasil, a proposta da Não-Violência. Vou situar como entre nós a Não-Violência ativa se transformou na ideia da Firmeza-Permanente, para, então, chegarmos à proposta da Educação para a Paz, como vem sendo articulada mais recentemente. Espero, assim, contribuir para o aprofundamento do debate anunciado pelo tema daquele Simpósio Internacional.

Revolução dentro da Paz²

Dom Hélder cita nesse livro palavras do Papa Paulo VI: “o desenvolvimento é o novo nome da paz” (*Populorum Progressio*, n. 76-80). E isto é necessário porque “manter no subdesenvolvimento e na fome 80% da humanidade é contribuir para a gestação da mais terrível das guerras. E não podemos pecar por omissão. Não podemos estar ausentes. Cabe-nos o dever humano e cristão de presença”.³ E como alguém que experimentou a perseguição e a censura estatal, afirmou ainda: “deixou de ter sentido a leviandade de chamar de subversivo e comunista quem tem fome de justiça e de paz”.⁴

Sobre a luta armada daquelas décadas (e que lamentavelmente ainda hoje é realidade na Colômbia) escreveu Dom Hélder:

O cristianismo sabe que, sem justiça, não haverá paz entre os homens. Mas não crê em lutas armadas. Quer que as guerras sejam abolidas, como vergonha e opróbrio para o gênero humano. Até quando seremos tão selvagens, a ponto de imaginar que a prova de que um povo tem razão consiste em esmagar outros povos? Até quando manteremos o absurdo e o canibalismo das guerras, mesmo sabendo que o poder destruidor chegou a uma tal perfeição que [...] há forças para varrer a vida humana da terra?⁵

Foi o Papa Paulo VI – por recomendação do Vaticano II – que criou em Roma um Secretariado

para a justiça e a paz no mundo. Dom Hélder aprovou a medida e afirmou: isto é imprescindível porque “sem justiça, a paz será um sonho”.⁶

Sobre a ação não-violenta, Dom Hélder, contemporâneo de Martin Luther King Jr. e de Mahatma Gandhi, afirmou sua convicção:

A ação não-violenta, arma da paz dos países em desenvolvimento, precisará, em momentos decisivos, de ressonância e apoio no mundo desenvolvido. Fiquemos alertas para que as massas em ascensão não descreiam de democracia, mas, ao contrário, possam confiar no Amor, na Justiça e na Paz.⁷

E sobre a opção de Cristo pela justiça como caminho da paz, afirmou:

Ninguém se iluda com o Cristo. Ele veio sem dúvida trazer paz aos homens. Mas não a paz dos pântanos, a paz baseada na injustiça, a paz que seria o inverso do desenvolvimento. Em casos assim, o próprio Cristo proclamou que veio trazer a luta e a espada. – Profeticamente, denuncia –: Ai dos inapetentes, dos saciados, dos que perderam a fome e a sede de justiça. Ais dos que amam a própria vida e não a sabem perder. Ai dos que se agarram à própria fama, à própria honra, e à própria comodidade. Cristo coroou as bem-aventuranças, considerando felizes entre os felizes os que sofrem perseguição por amor da Justiça.⁸

Imbuído dos desafios e da inspiração da Conferência dos Bispos da América Latina, em Medellín, Colômbia, em outubro de 1968, Dom Hélder fundou no Recife o movimento “Ação, Justiça e Paz”, cujo objetivo principal era a humanização das pessoas a quem a miséria desumanizava e, ao mesmo tempo, daqueles a quem o egoísmo igualmente desumaniza. Era uma organização interconfessional que se abria a todas as pessoas, independente de credo ou ideologia. O único requisito era aceitar e praticar a “não-violência como ação positiva, audaz e corajosa de

² CÂMARA, Dom Hélder. *Revolução dentro da Paz*. Rio de Janeiro: Sabiá, 1968.

³ CÂMARA, 1968, p. 54.

⁴ CÂMARA, 1968, p. 72.

⁵ CÂMARA, 1968, p. 97.

⁶ CÂMARA, 1968, p. 116.

⁷ CÂMARA, 1968, p. 136.

⁸ CÂMARA, 1968, p. 177.

inconformismo, em face das estruturas atuais do Brasil e da América Latina”.⁹

Não-violência no Brasil: a firmeza-permanente

Em 1976, a Arquidiocese de São Paulo, sob a direção do Cardeal Paulo Evaristo Arns, cria o Secretariado Justiça e Não-Violência, com o objetivo de divulgar notícias sobre ações e experiências oriundas de vários pontos do Brasil e do exterior, promovendo encontros de formação para esclarecer que a não-violência não é apatia, comodismo, indiferença ou concordância, nem é o oposto da violência física. Dom Paulo fala então da **não-violência ativa**, que é exercitada há longos anos por um grupo de cristãos engajados na luta por justiça, paz e direitos humanos. Este Secretariado, mais tarde, irá produzir um dos documentos mais contundentes contra os crimes da Ditadura Militar brasileira e que ficou conhecido como *Brasil: Nunca Mais* (1985), um trabalho ecumênico que contou com a participação de muitas pessoas e foi coordenado pelo Pastor James Wright, da Igreja Presbiteriana, que trabalhou por anos junto à Arquidiocese de São Paulo lado a lado com Dom Paulo Evaristo Arns.

No livro *A firmeza-permanente*, aquele Secretariado definiu o conceito de **não-violência ativa**, reportando-se às Cartas de Aschram, de Gandhi:¹⁰

Existem duas maneiras de mudar uma pessoa, dois tipos de ‘terremoto’ que vão transtornar a consciência: O medo ou então a emoção. A não-violência repousa principalmente sobre o *poder de comover*.¹¹

Na nota 5 é definida o que se entende, então, por **não-violência**:

A Não-Violência tem, como codificação imprescindível, o poder de comover. É uma repressão consciente e deliberada do impulso de vingança. É o controle espiritual que comove e purifica o homem oprimido e o

opressor. O coração mais endurecido e a ignorância mais grosseira desaparecem diante do sol do sofrimento paciente e sem maldade. A fibra mais dura não subsiste ao fogo do amor. Se não fundir será porque o fogo não é bastante forte.¹²

Um dos primeiros grandes testes da utilização da não-violência como instrumento de luta social no Brasil aconteceu na greve dos operários da Fábrica de Cimento Perus, de propriedade do Grupo Abdalla, em Perus/SP, que iniciou em 1962 e teve como um dos líderes seu presidente João Breno Pinto, apoiado pelo advogado sindicalista Dr. Mário Carvalho de Jesus. Jesus narra como a longa luta dos trabalhadores só veio a triunfar 12 anos depois, em 1974, com o confisco da fábrica para pagar os salários atrasados dos grevistas e acabar com a poluição provocada na cidade de Perus.¹³

Mário Carvalho de Jesus é um dos principais intelectuais da época que adotou na prática da luta social a não-violência ativa. Acredito que seja dele a releitura que se fez no Brasil dessa ferramenta de luta e que aqui foi rebatizada então com a expressão “firmeza-permanente”. Ele escreveu em seu depoimento da vitória da luta dos trabalhadores da Perus:

Estamos convencidos de que a ação individual ou coletiva que respeita a pessoa humana, pelo exercício da não-violência ativa ou **firmeza-permanente**, pode alcançar parcialmente seus objetivos. Para isso precisamos estudar as leis, debater os casos, formar grupos de reflexão, de sustentação. Os abaixo-assinados, reuniões, assembléias sindicais são valiosos instrumentos para a consecução dos objetivos claros, limitados, deixando sempre uma saída digna para o empregador ou adversário. Naturalmente, mesmo agindo assim, corremos o risco de sermos convocados pela autoridade policial. Aí a gente vai e, sem medo, esclarece a autoridade sobre os fatos. Pode-se ficar lá um pouco mais do que o necessário, mas deixando a delegacia, a gente continua na firmeza-permanentemente, em busca da

⁹ CÂMARA, Dom Hélder. In: CARDEAL ARNS, Dom Paulo Evaristo et alii. *A firmeza-permanente: a força da não-violência*. São Paulo: Loyola/Vega, 1977. p. 114-115.

¹⁰ CARDEAL ARNS, 1977.

¹¹ CARDEAL ARNS, 1977, p. 17.

¹² CARDEAL ARNS, 1977, p. 17.

¹³ CARDEAL ARNS, 1977, p. 39-90.

justiça, cuja plenitude jamais conheceremos neste mundo.¹⁴

E ele continua:

O importante não é a gente ser valente ou violento de vez em quando, mas firme o tempo todo, a vida toda, em todas as atitudes, quer na família, na fábrica ou na sociedade. Ser firme não quer dizer ser o dono da verdade, mas estar disposto a descobrir a verdade para a realização da justiça para o homem todo e todos os homens.¹⁵

No fim de sua avaliação da famosa greve, o Dr. Mário conclui:

O movimento ecumênico e humanitário se desenvolve na defesa dos direitos humanos. A Igreja Cristã tenta, humildemente, com altos e baixos, dar sua contribuição e apoiar a luta que se vale de meios puros, respeitando a pessoa humana, na busca da justiça. Nós fazemos parte dessa comunidade e estamos nos esforçando para ficarmos fiéis à palavra do Bom Pastor.¹⁶

Mário Carvalho de Jesus foi o dirigente por muitos anos da Frente Nacional de Trabalho, uma organização de apoio aos trabalhadores e sindicatos de trabalhadores no Brasil, associação civil criada em 1960. É ele também que no mesmo livro apresenta as raízes históricas da não-violência no Brasil, remontando aos grupos da Ação Católica, e os ramos da JOC e JUC, desde meados dos anos de 1940. Com a experiência da Greve da Perus, Mário Carvalho afirma que a característica principal de suas atitudes era precisamente a de firmeza e pacificação. Escreveu:

Nós não entendemos bem porque ‘não-violência’ nos parecia uma expressão pobre para uma atitude que exigia muita coragem. Foi então que Jean Goss (do Movimento Internacional de Reconciliação) acrescentou a palavra ‘ativa’: ‘*não-violência ativa*’. Atualmente, desde 1973, vimos usando a expressão

‘*firmeza-permanente*’ para identificar a não-violência.¹⁷

Nesse livro, Mário Carvalho de Jesus apresenta os princípios que regem a ação não-violenta e seu potencial de transformação, justamente porque nela está embutido um profundo e leal respeito pelos adversários.¹⁸

Historicamente a não-violência renasceu com Gandhi, valendo-se dela para conseguir a independência da Índia; nos Estados Unidos o objetivo da não-violência era combater a discriminação racial, tendo Martin Luther King como mártir; no Brasil, na América Latina, o objetivo inicial é pedir a aplicação das leis que estão em consonância com a Declaração Universal dos Direitos do Homem.¹⁹

Sua conclusão é a seguinte:

A eficácia da não-violência ativa, ou firmeza-permanente, é um teste para todo o cristianismo, todas as Igrejas, todas as religiões, todos os homens de boa vontade, ainda que não pratiquem religião, mas que creiam na dignidade do homem.²⁰

Não foram muitos os teólogos que se engajaram no movimento de Firmeza-Permanente na época, mas alguns nomes devem ser recordados aqui, além das pessoas a que já me referi: Dom Antônio Fragoso, bispo de Crateús/CE; o padre Domingos Barbé, da Pastoral Operária de São Paulo e um dos primeiros assessores das Comunidades Eclesiais de Base; o teólogo Hubert Lepargneur, dos camilianos de São Paulo; o padre Alfredinho Kunz, que atuou junto a prostitutas na cidade de Crateús e foi um dos mais radicais praticantes da não-violência ativa no Brasil; o pastor Ricardo Wangen, da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, ex-professor da Escola Superior de Teologia em São Leopoldo e um dos mais ativos do Movimento de Justiça e Paz nos meios evangélicos. Evidentemente houve muitas outras pessoas que se engajaram e

¹⁴ CARDEAL ARNS, 1977, p. 88.

¹⁵ CARDEAL ARNS, 1977, p. 89.

¹⁶ CARDEAL ARNS, 1977, p. 89.

¹⁷ CARDEAL ARNS, 1977, p. 92.

¹⁸ CARDEAL ARNS, 1977, p. 103.

¹⁹ CARDEAL ARNS, 1977, p. 106.

²⁰ CARDEAL ARNS, 1977, p. 106.

arriscaram por essa causa. Mas é bom recordar esses nomes pioneiros. Seus seguidores mais tarde serão os responsáveis por lançar a proposta da Educação para a Paz, da qual um dos principais formuladores e praticantes é o monge beneditino Marcelo Rezende Guimarães, fundador da ONG *Educadores para a Paz*, com sede em Porto Alegre, membro da Rede em Busca da Paz e quem primeiro escreveu tese de doutorado sobre este tema fundamental no programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS, possivelmente o melhor trabalho de aprofundamento desse tema fundamental da realidade brasileira em nossos dias.²¹

Graça, poder e firmeza-permanente: a contribuição de Domingos Barbé

Domingos Barbé, francês nascido em Paris, veio ao Brasil em 1968 e viveu muito tempo em Osasco. Foi padre operário, precocemente aposentado por causa de um acidente de trabalho. Dedicou sua vida à formação de lideranças operárias e às comunidades eclesiais de base na região onde atuou. Foi um dos principais teóricos da não-violência ativa no Brasil. No seu livro *Graça e poder*, ele elabora as razões da necessidade de se adotar na luta social brasileira os princípios da não-violência ativa.²² Ele expõe três razões:

A) **a partir da psicologia do conflito.** Em resposta à agressividade de outrem, o combate não-violento se baseia na astúcia (sabe avaliar a força do adversário), na coragem (sabe arriscar a vida quando oportuno, pois sabe que a não-violência não é suicídio), além de exercitar permanentemente a disposição interior de não querer matar nem humilhar o adversário. Um ditado das pessoas que agem de forma não violenta é este: “podemos morrer, mas não vamos correr”.

A não-violência ativa é feita da associação destes dois sentimentos: a força e a mansidão. Partindo desses mecanismos psicológicos, pode-se conceber toda uma maneira de combater e, daí, uma estratégia.

B) **a partir da perspectiva sociopolítica.** É fundamental partir de uma análise sociopolítica da sociedade e das forças sociais em jogo. A estratégia é nunca se colocar no terreno do adversário, por exemplo, utilizando armas mortíferas. É importante multiplicar grupos de base e preparar o povo para a desobediência civil maciça e organizada, isto é, para a greve geral. Outra característica importante: nenhuma luta social pode depender de figuras carismáticas, pois do contrário, o que acontecerá se porventura este líder fracassar ou morrer? Este tipo de formação supõe uma ação militante intensa e de longo prazo (justamente o que com frequência as pessoas **não** querem!). Por isto, afirma Barbé, a “não-violência não se improvisa e ela não é somente uma espiritualidade”.²³ Ele faz referência a Miguel d’Escoto, sacerdote que participou do primeiro governo sandinista na Nicarágua após a vitória da revolução. A entrevista é de 1978:

Não-violência deve ser considerada como um elemento constitutivo da pregação do evangelho, o que significa, a meu ver, que não pregamos atualmente o evangelho como deveríamos, enquanto não difundirmos a espiritualidade e a idéia da não-violência como meio de se libertar da opressão. [...] A cruz não está aí para ser carregada ou abandonada, não é optativa. A cruz é algo central. Devemos pregar a cruz, e fazê-lo é pregar a não-violência, não a não-violência de submissão, mas a não-violência que consiste em arriscar a vida pela causa da fraternidade. Quando fazemos isso, sofremos represália dos que oprimem os outros. Isto é a cruz. Quando suportamos a cruz, participamos das dores da concepção de Cristo que sofre violência para gerar a nova humanidade.²⁴

C) **a partir da perspectiva teológica.** É a aplicação concreta e prática do mandamento do

²¹ GUIMARÃES, Marcelo Rezende. *Educação para a paz: sentidos e dilemas*. Caxias do Sul: EDUCS, 2005.

²² BARBÉ, Domingos. *A graça e o poder: as comunidades eclesiais de base no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1983. Barbé também publicou um interessante “catecismo” para as CEB’s, no qual insere a questão da luta por paz e justiça como centrais para a vivência da fé cristã. BARBÉ, Domingos. *Fé e ação: catecismo para os cristãos das comunidades de base*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1977.

²³ BARBÉ, 1983, p. 208.

²⁴ BARBÉ, 1983, p. 210.

amor, mas em sua forma radicalizada por Cristo: “amai os vossos inimigos, fazei o bom aos que vos odeiam, bendizeis aos que vos maldizem, orai pelos que vos caluniam [...] Como quereis que os homens vos façam, assim fazei-o vós também” (Lc 6.27ss). As palavras de Jesus são muito realistas. A vida nos apresenta inimigos sempre, conflitos igualmente. A questão é como traduzir o ensinamento de Jesus. Jesus rejeita dois tipos de combate aos inimigos: a) desprezo; b) morte física. Sua proposta é converter o inimigo em irmão, em companheiro, em ser humano. Gandhi e mesmo outros líderes compreenderam quando os oprimidos tiveram de empunhar as armas. E até admitem que, em certos casos, a violência é a única resposta possível. Gandhi escreveu: “se não podes ser não-violento, sê violento. O que não podes ser é omissivo, abster-te de tomar posição diante da injustiça”. Barbé afirma que não se pode chamar de bem o que é mal. Por isto, a não-violência ativa exige “purificação pessoal e organização de grandes movimentos populares”. De qualquer forma, “a não-violência ativa não fará nenhuma concessão ética à existência da violência. Diremos, pois, que a violência, mal menor, é um mal, e que a teologia da guerra justa não é uma teologia cristã”.²⁵ Mas o centro da base teológica da não-violência é a ressurreição, ela é o eixo da dinâmica não-violenta. E isto quer dizer que a vida é mais forte do que a morte, o bem maior que o mal, a graça mais poderosa que a desgraça. Cruz e ressurreição são os dois lados de um mesmo evento em que a vida vence a morte, mas na sua correta e histórica articulação. A ressurreição é o desafio para uma vida em prol da vida da humanidade, de todas as pessoas, boas ou ruins, não importa. Ela projeta um clarão sobre toda sorte de injustiças que vemos cotidianamente na sociedade. Ela propõe uma força regeneradora que inclui numa nova dinâmica mesmo os inimigos da vida. Barbé inclusive conclui o seu livro sugerindo a possibilidade de se criar no Brasil um sistema penitenciário “não-violento”. Utopia, delírio ou sabedoria que merecer ser objeto de reflexão séria e comprometida?

A luta pela paz: desafio ecumênico

Faz pelo menos 50 anos que o Movimento Ecumênico assumiu a luta pela Paz como um desafio ecumênico. Isto significa que as igrejas cristãs reconheceram o seguinte:

- a) As igrejas em muitos momentos da história recente não foram coerentes com o evangelho que anunciavam e se tornaram forças coadjuvantes em processos violentos provocados pelas guerras. O exemplo mais citado é a posição ambígua adotada tanto por igrejas evangélicas quanto pela igreja católica romana durante as duas grandes guerras da primeira metade do século XX. Cabe, pois, enquanto comunidades cristãs assumir o pecado e fazer autocrítica. Só assim as igrejas estarão em condições de atuar nos processos de paz e de educação para a paz.
- b) Desde a formação do Conselho Mundial de Igrejas, em Amsterdam, Holanda, em 1948, existe um esforço continuado para que esta comunidade de igrejas protestantes, ortodoxas e pentecostais colabore na luta pelos direitos humanos e por estabelecimento da paz entre povos e nações. Um exemplo muito importante foi a posição das igrejas cristãs na luta contra o sistema de *apartheid* na África do Sul, que acabou redundando no fim daquele regime discricionário e permitindo a reconstrução das relações entre negros e brancos numa sociedade apartada. Uma das pessoas que se sobressaiu nesse processo foi o bispo anglicano Nobel da Paz Desmond Tutu. O CMI atualmente mantém dois programas importantes quanto a este desafio. O primeiro é o *Processo Conciliar de Mútuo Compromisso para a Justiça, a Paz e a Integridade da Criação – JPIC (1983)*. E o segundo surgiu da decisão tomada na 8ª Assembléia do CMI em Harare, Zimbábue, em 1988, de instituir a *Década para a Superação da Violência: Igrejas buscando Reconiliação e Paz (2001-2010)*. Este programa se espalhou pelo mundo e tem gerado processos regionais e nacionais, como na Colômbia, por exemplo. É interessante destacar que este programa foi iniciado concomitantemente com a “Década para uma Cultura de Paz e Não-Violência para as Crianças do Mundo”, promovida pela ONU. Estes processos globais são muito importantes porque

²⁵ BARBÉ, 1983, p. 213.

fortalecem iniciativas locais que, muitas vezes, carecem de apoio e suporte institucional. O programa da Década para a Superação da Violência foi reafirmado na 9ª Assembléia do CMI que aconteceu na PUC, em Porto Alegre, em 2006, onde também o Conselho decidiu fazer culminar o processo com uma “Convocação Internacional Ecumênica de Paz”, a ser realizada em maio de 2011.

- c) Na América Latina e no Caribe, o Conselho Latino-Americano de Igrejas (CLAI), desde sua formação em 1978, em Huampaní, Peru, tem se destacado como uma comunidade de igrejas que colocou entre suas prioridades de ação a luta pela Paz. Nos inícios dos anos de 2000, teve participação importante nos processos de paz na América Central, especialmente na Guatemala e também na Colômbia. A seguir vou me referir a um trabalho educativo elaborado pelo CLAI.
- d) No Brasil, quem assumiu esta luta pela paz como desafio ecumênico inadiável foi o CONIC que, embora seja uma comunidade que reúne apenas sete igrejas, entre protestantes, ortodoxa e católica romana, vem atuando de forma unida nessa questão e dando demonstrações públicas de seriedade no engajamento pela construção de uma sociedade de paz e justiça. Em duas oportunidades, as igrejas definiram a questão da paz como central de sua ação conjunta. No ano de 2000, por ocasião das comemorações do início do novo milênio, as igrejas decidiram realizar a já conhecida Campanha da Fraternidade de iniciativa da CNBB, em forma ecumênica. O tema escolhido, naquela ocasião, não poderia ter sido mais oportuno: *Dignidade humana e Paz – Novo milênio sem exclusões*. Em 2005, a experiência foi repetida com a CF Ecumênica adotando como tema: *Solidariedade e Paz*, tendo lema o texto bíblico do Sermão do Monte: “Felizes os que promovem a paz” (Mt 5.9). Iniciativas como essas não são suficientes para transformar a realidade de conflito, injustiça e violência que caracteriza a sociedade brasileira, mas certamente são um passo importante na luta por criar espaços de resistência e de alternativas à violência e suas sequelas, as quais sabidamente atingem prioritariamente a população mais pobre e vulnerável de nossa sociedade. O CONIC elaborou um pequeno guia para a transformação

social que levou o nome de *Cultura de paz*, material que teve a assessoria de Marcelo Rezende Guimarães. Como diz na sua apresentação, o segredo deste guia – no âmbito da Campanha da Fraternidade/2005 Ecumênica – é

Oferecer um espaço para que pessoas comuns participem deste grande mutirão, assumindo-o seja como uma forma de ser, seja como ferramenta de transformação social. Pensou-se, então, num guia que [...] pudesse ajudar [pessoas e grupos] a aprofundar a temática e, especialmente, visibilizar formas de agir em vista da transformação social.²⁶

O segundo capítulo justamente apresenta a Não-violência como um caminho para a paz.

A Educação para a Paz: desafio pedagógico e teológico

No prefácio ao livro *Educação para a Paz*, de Marcelo Rezende Guimarães, o professor Luiz Carlos Bombassaro escreveu o seguinte:

Pensar a paz em nosso tempo significa, em primeiro lugar, ter de reconhecermo-nos participantes de uma época na qual se tornou possível a autodestruição da humanidade, condição ‘conquistada’ graças ao ‘desenvolvimento’ do espírito bélico e ao exercício do que, na filosofia, consideramos uma racionalidade estratégica. Por outro lado, também caracteriza nosso mundo a pluralidade teórica e metodológica inerente ao pensamento pós-metafísico, decorrente do advento da ciência e dos conseqüentes ‘avanços’ tecnológicos. Conscientes desse complexo contexto cultural e de suas conseqüências para nossa vida cotidiana, não podemos mais ignorar a importância que adquire em nossas vidas um processo de transformação cultural capaz de garantir as condições para a vida presente e futura, um processo que somente se torna possível mediante a educação para a paz.²⁷

²⁶ CONIC. *Cultura de paz: guia para a transformação social*. São Paulo: Salesiana, 2005. p. 3.

²⁷ BOMBASSARO, Luiz Carlos. Prefácio. In: GUIMARÃES, Marcelo Rezende. *Educação para a paz: sentidos e dilemas*. Caxias do Sul: Educus, 2005. p. 14.

Marcelo R. Guimarães é monge beneditino, filósofo, doutor em educação e um dos que mais arguta e profundamente tem se debruçado tanto na pesquisa teórica quanto na prática da educação para a paz em nosso país. Sua atuação tem sido tão significativa que ultrapassou os limites nacionais. O CLAI, por exemplo, convidou-o para escrever um livro que serve de instrumental para a capacitação de educadores e educadoras que trabalham na Educação para a Paz em toda a América Latina. O livro se chama *Aprender a educar para a la Paz* e foi publicado em parceria pelo CLAI e a Editora Rede de Paz de Goiás Velho em 2006. O livro está espalhado por todas as mais de 150 igrejas e organizações que se reúnem no CLAI na América Central, no Caribe e na América do Sul. É um programa que pode ser desenvolvido em cada igreja e consta de 13 oficinas (*talleres*) formuladas em linguagem acessível e especialmente direcionada ao público jovem.

Também é do mesmo autor o livro *Cidadãos do presente*, voltado para o público infanto-juvenil das escolas, publicado pela Editora Saraiva, de São Paulo, em 2002, e que rapidamente chegou a uma segunda edição. Seguindo sua veia pedagógica, Marcelo Guimarães também publicou pela Editora Sinodal, de São Leopoldo, o livro *Um novo mundo é possível* (2004), no qual apresenta dez razões para educar para a paz, para praticar a tolerância, para promover o diálogo inter-religioso, para ser solidário e para promover os direitos humanos.

O que desejo destacar aqui é que no Brasil e na América Latina quem assume a luta pela paz e a proposta de uma Educação para a Paz está plenamente consciente de que não haverá Paz sem Justiça, sem defesa e garantia dos Direitos Básicos da Pessoa Humana, sem alternativas à violência em todas as suas diversas e constrangedoras facetas.²⁸

²⁸ CENTRO CRISTIANO PARA JUSTICIA, PAZ Y ACCIÓN NOVIOLENTA – JUSTAPAZ. *Construyendo la paz: aprendizajes desde la base. El conflicto colombiano y las Iglesias Santuarios de Paz*. Bogotá: Justapaz, Lutheran World Relief, 2006. O livro apresenta três experiências de igrejas evangélicas que se tornaram Santuários de Paz na costa caribenha da Colômbia, como tal, reconhecidas pelo Estado e pela opinião pública, o que lhes permitiu salvar vidas de pessoas detidas ou diretamente ameaçadas por grupos armados. Com isso, puderam recuperar o direito

Lutar por paz com justiça entre nós, supõe encarar os principais problemas causados pela desigualdade social, pelas diferentes formas de discriminação, pela não realização da cidadania, como definida pela Constituição Cidadã de 1988. No Brasil, a luta pela paz pode, às vezes, parecer subversão, sobretudo se pensarmos na situação das mulheres, das pessoas negras e jovens desempregados das periferias de nossas principais cidades, dos sem terra e sem teto, e até mesmo dos povos indígenas, como se pôde perceber nas últimas semanas com a dificuldade que o governo enfrenta para fazer valer a lei na Terra Indígena Raposo/Serra do Sul, dos Macuxi e quatro outras etnias, em Roraima.²⁹ Citando um exemplo mais próximo de nós, não por acaso, as últimas estatísticas divulgadas pela Secretaria de Segurança do Rio Grande do Sul sobre homicídios ocorridos de janeiro a março de 2008 informam que quase a metade dos crimes ocorridos nos primeiros três meses de 2008 atinge pessoas do sexo masculino e em idades que variam de 18 a 29 anos, com baixa escolaridade e com antecedentes criminais.³⁰

Por uma Teologia da Paz e de Alternativas à Violência

Como professor de teologia, devo confessar que em nossas Escolas, Institutos e Seminários de Teologia a questão da paz como desafio para uma ação pastoral coerente com o evangelho de Jesus de Nazaré não tem sido prioridade. Quando muito, é um ponto dentro de um capítulo sobre a ética da situação ou da prática da justiça social. Falta-nos pesquisa e uma concepção prática em prol de uma

da comunidade de trabalhar em suas terras, apesar das ameaças. Apesar do rico potencial que representam, as experiências de igrejas Santuários de Paz ainda são pouco conhecidas na América Latina.

²⁹ BASTOS, Márcio Thomaz; BADIN, Luiz Armando. A vitória histórica em Raposo/Serra do Sol. *Folha de São Paulo*, 20 abr. 2008, p. A-3. FREITAS, Jânio de. General quer apito. *Folha de São Paulo*, 20 abr. 2008, p. A-6.

³⁰ *Zero Hora*, Porto Alegre, 12 abr. 2008, p. 50. Outros dados da mesma notícia: Sobre o perfil das vítimas: 56% tinham antecedentes criminais; 89% são do sexo masculino; 44% se encontram na faixa etária de 18 a 29 anos; 74% conheciam seu assassino. Sobre os homicidas: 67% tinham antecedentes criminais; 48% tinham lesões corporais. 55% das mortes ocorreram em 10 municípios, especialmente na grande Porto Alegre.

cultura de paz que seja desafiadora para as comunidades de fé e para a vida das pessoas que confessam e procuram viver a fé no dia a dia.³¹

Desde os anos de 1960, como destaquei acima, contamos com diferentes iniciativas de igrejas e grupos de cristãos engajados nas causas sociais, pessoas que, mesmo minoritárias, enveredaram pelo caminho da não-violência ativa ou firmeza-permanente. Com o apoio do Nobel da Paz da Argentina, Adolfo Perez Esquivel, o Serviço de Paz e Justiça no Brasil, com sede em Brasília, foi uma ONG que se destacou nos anos de 1980 e 1990 na formação de agentes multiplicadores da não-violência em todo o país. Este serviço foi desde o início organizado por pessoas cristãs e por lutadores sociais. Mais recentemente, estão surgindo novas organizações também de inspiração cristã, mas abertas a qualquer pessoa que adote o credo pacifista, com o intuito de trabalhar na formação da juventude nos caminhos da paz com justiça. Aqui em Porto Alegre temos a ONG EDUCADORES PARA A PAZ. Em São Leopoldo, o Serviço de Paz (SERPAZ). O que une

estas organizações é o foco de seu trabalho social, voltado especialmente para o público jovem e dentro de uma metodologia que se conhece por Projeto de Alternativas à Violência (PAV) ou Cursos de Educação para a Paz. Oficinas do PAV já têm sido realizadas em diversas localidades do Rio Grande do Sul e de outros estados, visando prioritariamente a formação de multiplicadores e facilitadores da educação para a Paz. O SERPAZ, de São Leopoldo, por exemplo, já realizou oficinas tanto num dos Presídios de Charqueadas, envolvendo detentos e pessoal da segurança interna num mesmo espaço de formação, quanto em Presídio de Altamira, sul do Pará. A escola estadual Cruzeiro do Sul, de Guaporé, adotou o PAV como um dos cursos alternativos de sua oferta curricular e sua direção testemunhou a transformação que acontece entre os jovens, desde o momento em que aprendem a lidar com os conflitos e a como resolvê-los de modo não-violento ou alternativo.

Ultimamente, começa-se a assumir em alguns âmbitos da educação teológica a formulação de uma **Teologia da Paz**, com bases bíblicas, filosóficas e práticas. Juan Driver, um teólogo estadunidense de tradição anabatista e que viveu muitos anos na América Latina, tem dado uma importante contribuição nesse sentido. Como teólogo menonita, ele vem de uma tradição pacifista que remonta ao tempo da Reforma Luterana. Seu esforço, no entanto, tem se voltado para uma fundamentação teológica que leve em consideração a realidade das sociedades latino-americanas e a busca por uma teologia que não apenas proclame o evangelho da paz, mas procure vivê-lo **dentro e a partir** das contradições em que as igrejas e as organizações cristãs estão inseridas. Destaco aqui um importante capítulo de seu livro *Teología bíblica de la paz*, em que ele discute as relações entre Deus e César, isto é, as relações entre paz e militarismo. É interessante como sua hermenêutica bíblica desfaz diversos mal-entendidos da exegese superficial do Novo Testamento, por exemplo, interpretações geralmente conservadoras de textos como Rm 13.1-7; Ap 13; At 5.29; 1Tm 2.1s, além de textos dos Padres da Igreja antiga, como Ambrósio, Agostinho e outros.

³¹ Cf. o depoimento do Pe. Mauro Luiz da Silva, pároco da Paróquia Nossa Senhora do Morro, representante da Mitra Arquidiocesana de Belo Horizonte no Fórum Estadual Interinstitucional de Direitos Humanos e Segurança Pública. SILVA, Luiz Mauro da. In: CULTURA DE PAZ & PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA. São Paulo: Loyola, 2003. p. 173-177. A importância desse depoimento é verificar que para este pároco foi um desafio encontrar a metodologia e o caminho para desenvolver uma proposta de prevenção à violência numa favela da periferia de Belo Horizonte. Escreveu ele: “eu tinha necessidade de definir exatamente em que espaço estava. ‘Onde é o lugar, onde eu estou? O que é isso aqui?’ E fui tentando remontar, mania talvez de filósofo, de tentar chegar à essência da questão. Quero descobrir a chave para entender esse lugar. Quero entender essas relações. Quero a chave para entender essas dificuldades e todas essas loucuras que a gente enfrenta vivendo nesse lugar destruído. E se vocês me permitirem, quero dizer que cheguei a essa essência aqui. Na relação entre violência e poder. Para mim, violência e poder estão no mesmo nível. Violência é poder e poder é violência. E, do outro lado – pois agora a gente tem obrigação de dividir o mundo sempre em dois lados –, coloca-se paz e serviço. Parece pouco, mas é tudo o que eu consegui concluir nesses dois anos. Violência é fruto do poder, do exercício absurdo do poder e a paz vai ser fruto da experiência do serviço. O serviço está para a paz assim como o poder está para a violência”. SILVA, 2003, p. 175.

Na sua crítica, ele afirma que a igreja dos primeiros séculos, ao ceder ao Imperador Romano, no século IV, e tornando-se igreja oficial do império, cedeu às práticas daquele e da religião imperial, esquecendo-se de suas raízes na teologia bíblica e profética. No caso da obediência às autoridades (Rm 13), Driver destaca que esta não pode ocorrer à revelia do amor com que nos devemos amar uns aos outros (Rm 13.7-8). E continua: “As exigências de César não devem contradizer o dever do amor, definido em Romanos 13.10, como aquele que ‘não faz mal ao próximo’. Por isso as autoridades não devem contar com os seguidores de Jesus em algo que prejudica ao semelhante”.³² Foram razões como esta que permitiram ao mártir luterano da 2ª Guerra Mundial, pastor Dietrich Bonhoeffer, participar conscientemente de um complô para matar Hitler em 1944. Bonhoeffer tece interessantes reflexões sobre esta sua atitude radical, mas teologicamente fundamentada em sua *Ética*. Há momentos em que, para o bem geral, um cristão deve assumir o caminho da violência. No caso do nazismo, era preciso dar um basta na carnificina provocada pela guerra em nome de um poder absoluto. E então, se para salvar muitos se faz necessário sacrificar um, isto deve ser feito e assumido ainda que fira o princípio da não-violência. O que não se pode aceitar é a omissão. Este desafio continua de pé até hoje, possivelmente, até o juízo final.

Uma teologia da paz e de alternativas à violência é o desafio que a Comunidade de Educação Teológica Ecumênica Latino-Americana e Caribenha (CETELA) assumiu em um encontro internacional realizado em Bogotá, Colômbia, em janeiro de 2008. Na *Carta de Bogotá* (01 fev. 2008), que recolheu as diversas sugestões elaboradas pelas mais de 30 pessoas de dez países presentes, está dito que é urgente afirmar o Deus da Vida, o Deus que caminha com os povos na história. Para tanto, é necessário:

- Assegurar a visão profética de denúncia e anúncio procurando desenvolver propostas e

alternativas nos diferentes cenários: eclesiais, econômicos, sociais e políticos;

- Pensar e atuar localmente (visão micro) considerando os contextos nacionais e internacionais (visão macro);
- Manter o espírito crítico e autocrítico frente às diversas maneiras em que vivemos e expressamos o poder em nossas igrejas e instituições, a fim de não reproduzir o exercício autoritário que prevalece em várias instituições da sociedade;
- Estabelecer as vítimas da violência como ponto de partida para nossa reflexão e prática pastoral e teológica.

No que se refere especificamente à educação teológica, o documento recomenda:

- Articular o vivencial e a experiência pessoal e comunitária com a dimensão teórico-conceitual nos processos educativos;
- Incluir e/ou aprofundar nos planos de ensino o tema da paz como um **eixo transversal** e com uma abordagem **transdisciplinar e contextual**;
- Seguir construindo e vivenciando coerentemente uma espiritualidade e uma prática da paz em nossas instituições educativas;
- Articular a formação teológica acerca da paz com a ação das instituições e organizações que trabalham o mesmo tema;
- Propiciar redes de intercâmbio e apoio de pessoas e materiais educativos acerca dos temas da paz;
- Resignificar as noções de paz, violência, não-violência em nossas instituições, considerando a contribuição de outras disciplinas e os contextos culturais;
- Socializar a produção de conhecimento através da internet, periódicos, revistas, livros, etc.

E quanto à perspectiva bíblico-teológica, o documento afirma:

³² DRIVER, Juan. *Una teología bíblica de la paz*. Ciudad de Guatemala: Semilla, 2003. p. 78.

- A necessidade de uma abordagem bíblica que opte pela **paz como chave hermenêutica**;
- Uma releitura bíblica que afirme a vontade de Deus pela paz, o amor e a encarnação como sinais maiores da reconciliação entre Deus e os seres humanos; entre estes e a natureza; entre os seres humanos incluindo nações, povos e culturas;
- Um trabalho teológico que aceite as teologias da paz como paradigma que desenvolva os seguintes temas: paz com justiça (*shalom*); paz e não-violência; paz e reparação; paz e reconciliação (perdão e arrependimento); paz e construção de igrejas como “santuários de paz”;
- Incentivar o cultivo de espiritualidades de paz e não-violência ativa, que possam contemplar os exemplos de Jesus, da história da igreja cristã, dos movimentos de reforma da igreja, além de reconhecer e incorporar elementos de outras espiritualidades não cristãs que optam pela paz como no caso do Mahatma Gandhi, na Índia e de outras religiões.

Conclusão

A educação para a paz e uma teologia da paz com justiça faz parte da missão de Deus neste mundo.³³ Por isto, é urgente inserir a busca da paz como um dos eixos da ação pastoral das comunidades cristãs, o que exige pôr em prática a vocação dessas comunidades para um testemunho de vida de acordo com o evangelho da paz, através de um ministério de perdão, de reconciliação e de formação de comunidades de paz que se tornem sinais e servidoras da paz num mundo sem paz e dominado por conflitos, competição e guerras. É preciso desenvolver uma pastoral da paz considerando os diferentes contextos nos quais as comunidades atuam, respeitando as diferenças e superando as barreiras culturais, sociais, de gênero e de religião. Nesse sentido, estas propostas só se tornarão viáveis se houver efetiva cooperação e coordenação com outras experiências e instâncias que igualmente lutam e contribuem para uma cultura de paz, sejam igrejas, sejam organizações civis. O que não é permitido é ficarmos de braços cruzados assistindo passivamente o crescendo de violência, de desrespeito à pessoa humana e de cerceamento da construção de um futuro digno para todos.

[Recebido em: junho 2010 e
aceito em: julho 2010]

³³ Para a relação entre teologia da paz e a missão de Deus, cf. ZWETSCH, Roberto E. *Missão como com-paixão*: por uma teologia da missão em perspectiva latino-americana. São Leopoldo: Sinodal; Quito; CLAI, 2008.